

**Pensamento Social Brasileiro e Estado Nacional:
Contribuições ao campo das Relações
Internacionais**

*Brazilian Social Thought and National State:
Contributions to the International Relations field*

LEONARDO GRANATO¹ & IAN REBOUÇAS BATISTA²

Resumo: Rejeitando análises voltadas a entender os grandes problemas históricos do país, importadas acriticamente dos centros hegemônicos, os chamados “intérpretes” do Brasil foram pioneiros em se debruçar sobre os referidos problemas, revelando conceitos que entrelaçam, de diferentes maneiras, o Brasil à política mundial. Dessa forma, a partir de uma análise bibliográfica de alguns conceitos-chave de autores como Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, busca-se discutir como se apresenta, nas análises dos intérpretes, um sinal preliminar do campo de reflexão das Relações Internacionais, dado o ineditismo desses autores em relacionarem o âmbito interno estatal com conjunturas e estruturas internacionais.

Palavras-chave: Pensamento Social Brasileiro; Estado Nacional; Relações Internacionais.

Abstract: Rejecting analyses that are imported from hegemonic centers and that aim to understand the historical problems of the country, the so-called “interpreters” of Brazil were the pioneers in the study of developmental problems, by using concepts that intertwine Brazil to world politics in different ways. This considered, we analyze some key concepts of authors such as Ignácio Rangel, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso and Celso Furtado, in order to discuss how, in these interpreters’ views, a preliminary signal of the International Relations field of reflection is provided, given the uniqueness of these authors in relating the internal state to international conjunctures and structures.

Keywords: Brazilian Social Thought; National State; International Relations.

Recebido em:
26 de Dezembro de 2017

Received on:
December 26, 2017

Aceito em:
10 de Abril de 2018

Accepted on:
April 10, 2018

DOI: 10.12957/rmi.2017.32006

¹ Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Endereço para correspondência:** Av. Bento Gonçalves, 9500 - Prédio 43311 (IFCH)/Sala 104B - Bairro Agronomia - CEP 91509900 - Porto Alegre/RS. **E-mail:** leonardo.granato@ufrgs.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **E-mail:** reboucas.ian@gmail.com

Introdução

O estudo sobre as interpretações do Brasil contemporâneo, preocupadas em explicar os fatores e contradições que bloqueiam a plena integração do país na civilização ocidental, permite-nos identificar discussões e reflexões típicas do campo de estudo das Relações Internacionais (RI), cujo surgimento como disciplina no Brasil data da década de 1970, com desenvolvimento tardio apenas nas décadas de 1990 e 2000³. Rejeitando análises importadas acriticamente dos centros hegemônicos para entender os grandes problemas históricos do país, as interpretações do Brasil foram pioneiras em pensar e discutir questões típicas de um campo de estudos que ainda estava por se desenvolver localmente.

A começar por José Bonifácio, passando por Alberto Torres e Oliveira Vianna, até autores modernos como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, os “intérpretes” do Brasil se debruçaram sobre os dilemas

da construção nacional revelando conceitos que entrelaçam, de diferentes maneiras, o Brasil à política mundial. Partimos, assim, do argumento de que existe nas análises desses intérpretes um sinal preliminar do campo das RI, dado o ineditismo desses autores em relacionarem, em suas reflexões, o âmbito interno estatal com conjunturas e estruturas internacionais.

O presente texto busca, portanto, apresentar o referido ineditismo nas noções e conceitos de alguns dos intérpretes do Brasil relativos tanto à formação do componente político da sociedade brasileira, fenômeno concomitante com a formação do Estado nacional, quanto à formação da estrutura econômica do país. De olhares diversos, o que unifica os intérpretes cujas noções discutiremos neste trabalho é a relevância para as mais diversas áreas das Ciências Sociais, incluída a das RI, marcadas pela forte valorização do estrangeiro. Como área recente, ainda em desenvolvimento e multidisciplinar, esse último campo tem muito a aprender com as contribuições desse pensamento nacional, e com o latino-americano em geral, caminho esse que o presente esforço de revisão bibliográfica busca iluminar.

Em relação à estrutura do trabalho, dividimos o texto em duas seções, além

³ De epistemologia eclética e multidisciplinar, não é tarefa fácil delimitar uma data ou marco para o surgimento do campo das RI no Brasil. Possuindo origens na Filosofia, História, Direito, Economia, Sociologia e Ciência Política, o interesse por “questões internacionais” e por “política internacional” foi ocasionalmente surgindo em revistas acadêmicas, grupos de pesquisa e cadeiras, dentro das áreas supracitadas, ao longo das décadas de 60 e 70 (Miyamoto, 1999). Foi somente em 1974 que o primeiro curso de graduação em RI foi estabelecido no Brasil, na Universidade de Brasília, sendo acompanhado do primeiro curso de pós-graduação, em 1976, na referida instituição (Lessa, 2005).

desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, versaremos sobre algumas das noções de Ignácio Rangel (1914-1994), Caio Prado Júnior (1907-1990) e Raymundo Faoro (1925-2003), relativas à discussão das origens portuguesas do Brasil. Em um segundo momento, refletiremos sobre certos conceitos consolidados em obras de Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Celso Furtado (1920-2004), referentes à condição periférica do Brasil e o seus atrelados subdesenvolvimento, dependência e autonomia. Como as contribuições desses intérpretes do Brasil são frequentemente vastas e dissolvidas em dezenas de obras cada, não é nosso objetivo o esgotamento da temática ou o completo mapeamento das contribuições dos autores propostos, principalmente dado o caráter breve e introdutório da discussão que o presente texto objetiva. Isso dito, simplificações das ideias dos intérpretes são possíveis e os autores admitem e assumem o ônus dessa prática.

Finalmente, com relação à necessidade teórica de explicitar os motivos das escolhas dos autores, destacamos a pluralidade desses intérpretes. Com contribuições de distintas correntes teóricas, valendo-se de diferentes níveis de análise e oriundos de subáreas diversas do conhecimento, os autores

aqui trabalhados partem de diferentes propostas para suas leituras da formação político-social e econômica brasileira, conquanto realizando contribuições ao campo das ciências sociais nacional como um todo. Assim, ao incluir no debate variadas contribuições e intérpretes, objetiva-se destacar que a embrionária presença das RI esteve disseminada pelo grande campo do saber social brasileiro. Tal fato reforça, portanto, nosso argumento de ineditismo e pioneirismo desses autores, uma vez que não estariam sendo todos influenciados por uma mesma e determinada corrente teórica que os levasse a incluir a variável internacional em suas análises.

Origens ibéricas do Estado brasileiro

Na presente seção, buscaremos apresentar distintas noções acerca da influência ibérica na formação do Estado brasileiro. Trabalharemos aqui com Ignácio Rangel, que faz uma leitura dialética-marxista da formação da estrutura econômica brasileira, e com Caio Prado Júnior, de leitura também marxista, mas que se opõe à visão de Rangel. Com esses autores, discutiremos a formação econômica do Brasil, destacando principalmente o que diferencia suas visões. Trabalharemos, ainda, com Raymundo Faoro, cuja obra descreve a formação político-

administrativa do Estado brasileiro, destacando o patrimonialismo enraizado nessa estrutura⁴.

Um dos principais legados da obra de Ignácio Rangel é a sua tese da dualidade da economia brasileira, apresentando-se como possibilidade de leitura dialética-marxista da história econômica do Brasil. Em sua constituição artificial, não-espontânea e exógena, a partir da expansão marítima e comercial portuguesa (Guimarães, 1994), o autor ilustra as origens da economia brasileira com a chegada das naus ibéricas a essas terras. Nesse sentido, afirmará que a dualidade brasileira vem de berço português.

Cabem, portanto, considerações acerca de que é ser “dual” para o autor. A dualidade é a “lei fundamental” da economia brasileira, segundo Rangel (1999). Existiram sempre, ao longo da história nacional, duas lógicas (ou dois polos) de funcionamento da economia,

uma interna e outra externa. Em cada um dos polos, haveria ainda seu lado interno e seu lado externo. A grande questão é que cada um desses polos possuiria um modo de produção dominante, o que implica, para esse autor, que a economia brasileira possuiria duas ordens, que imperam, respectivamente, nas relações internas de produção e nas relações externas de produção. Os modos possíveis, provenientes da visão marxista adotada pelo autor, seriam a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo (em suas vertentes mercantil, industrial e financeira) e o socialismo. O autor ainda alerta que esses dois polos, quaisquer que sejam os modos de produção, estão em permanente conflito. A fundamentação dessa perspectiva possui base histórica e a dualidade é apontada como tendo sido “importada” dos colonizadores portugueses.

A Europa (e, por conseguinte, Portugal) do período mercantilista era também dual. Seu polo externo, mais atrasado, correspondia à carapaça feudal, enquanto o polo interno era regido por um capitalismo mercantil. A divisão do novo mundo (Américas) em propriedades para as cortes espanhola e portuguesa, via Tordesilhas, é entendida pelo autor como tendo sido fruto do polo externo português, feudal. É esse

⁴ É possível apontar influência marxista nos três autores trabalhados nesta seção, ainda que com distintos graus de incorporação dos pressupostos dessa corrente. O que primordialmente irá diferenciar os autores entre si são suas outras influências, que impactam diretamente os rumos de suas análises. Para Ignácio Rangel, Joseph Schumpeter e John Keynes são suas referências econômicas; para Caio Prado Jr., o filósofo mexicano Leopoldo Zea foi pioneiro na análise marxista adaptada à realidade latina; e para Raymundo Faoro, Max Weber é fundamental em seu construto do Estado. Escolhemos os dois primeiros autores por serem bons exemplos do debate em torno da ocorrência do feudalismo no Brasil, e o terceiro por se destacar ao atribuir peso ao patrimonialismo na formação política brasileira.

contato que introduz à então colônia portuguesa elementos feudais, em um território marcado essencialmente por comunidades primitivas indígenas. Desenvolve-se no Brasil, a partir da introdução desses elementos feudais, uma união dialética entre feudalismo e escravidão greco-romana (formação pré-feudal), configurando, no polo externo, o feudalismo presente nas relações entre donatários das capitanias hereditárias e o rei (vassalos e suseranos) e, no polo interno, a relação literal entre senhores e escravos.

Rangel (1981) apresenta ainda outras quatro dualidades que se desenvolvem ao longo da história brasileira, em um desenvolvimento que sempre respeitará a lógica das alterações das dualidades, definidas através das cinco leis que o autor elabora, das quais destacamos i) um polo muda de cada vez; ii) os polos internos e externos mudam alternadamente; e iii) as mudanças da dualidade brasileira são incentivadas por mudanças ocorridas no centro do capitalismo.

Nota-se que, na leitura dialético-marxista de Rangel, o polo externo é fundamental na lógica de funcionamento da economia brasileira, sendo esse, para o Brasil, ponto de contato com um sistema de produção mais “desenvolvido” do centro do

sistema capitalista. Essa noção de modelos de produção que seguem uma escala evolutiva, típica do marxismo clássico, é o principal ponto de ruptura entre a leitura de Rangel e a de Caio Prado Júnior, conforme discutiremos nos próximos parágrafos.

Prado Júnior vai buscar explicar a formação do Brasil através de identificar o “elo invisível”, a “razão de ser nacional” do Brasil, a pedra basilar na qual se sustenta o Brasil. E a razão de ser da colônia era, justamente, Portugal. Em outras palavras, o autor busca identificar o que caracterizava o Brasil, assim como explicar por que as coisas eram dessa forma e não de outra. O que marcaria esta colônia, para o autor, seriam as características do modelo de *plantation*, ou seja, escravismo, latifúndio e monocultura para exportação. Todas essas características foram impostas à então colônia para que o Brasil desempenhasse a função que lhe foi designada no comércio internacional, a saber, de exportador de matérias primas. Assim, a formação econômica nacional se organiza a partir do capitalismo e do capital internacional.

Tendo nascido a serviço do capital e em função deste, não faz sentido falar em modo de produção feudal no Brasil, nunca tendo existido, para o autor, esse

modo de produção pelas terras tupiniquins. Prado Júnior entende que a leitura marxista da história brasileira não deve depender tanto de determinismos históricos no sentido de que a evolução do capitalismo nas sociedades europeias (tal qual estudado por Marx e Engels) seja necessariamente reproduzida no Brasil. Para o autor, as esquerdas brasileiras e, muito representativamente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), vão reproduzir essa noção de que a sociedade brasileira necessariamente passou por um período feudal, e adentraria logo o capitalismo, que se desenvolveria e alcançaria, por fim, o socialismo. Essa teoria corrente nas esquerdas e no PCB seria alheia às realidades dos fatos e conjunturas percebidas no Brasil de então, não sendo possível, segundo o autor, extrair dessa leitura abstrata e descolada da realidade “as normas de uma política consequente e aplicável às situações concretas que se apresentam” (Prado Júnior 1987, p. 29).

Assim, Prado Júnior criticará os conceitos apriorísticos levantados pelas esquerdas que apontavam a necessidade de uma revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os “restos feudais”

presentes no Brasil⁵. Nessa crença de eliminar os “restos feudais”, o autor apontará que a direção do PCB ignorava a questão rural-trabalhista e se voltava apenas aos trabalhadores urbanos, subestimando assim “o conteúdo principal, no momento, da dialética econômica e social no campo brasileiro” (Prado Júnior 1987, p. 59).

Raymundo Faoro será um outro intérprete a rejeitar a ideia de identificar na história da formação do Estado nacional um modo de produção feudal e pré-capitalista, frequentemente indicado, conforme estudado, como tendo ocorrido durante os anos coloniais. Primordialmente, na visão do autor, não teria existido feudalismo no Brasil uma vez que esse modo de produção também não aconteceu em Portugal, nem mesmo durante a Idade Média. Segundo Faoro (1979), o país ibérico desenvolveu um Estado patrimonial, onde o príncipe se encontrava em patamar inalcançável pelos súditos, que por sua vez estavam presos em uma rede patriarcal – não existiam nessa sociedade portuguesa os direitos, privilégios e obrigações típicos do feudalismo.

Esse Estado patrimonial português, de fortalecido príncipe, encontra no

⁵ Vide Rangel, Werneck Sodré e trabalhos iniciais do próprio Prado (1969).

mercantilismo o campo ideológico propício ao seu sucesso. O rei era o dono do comércio e o Estado torna-se empresa exclusiva do príncipe, não existindo empresas ou iniciativas privadas – o Estado patrimonial, na figura do rei, estava em todo lugar. A essa estrutura político-social, Faoro (1979) irá se referir como “capitalismo político”. Em termos mais amplos, e para além do Estado português, o autor utiliza tal termo para indicar gerência e supervisão do comércio e dos negócios por parte da comunidade política.

A noção de Estado utilizada pelo autor facilita a compreensão do referido conceito. Aproximando-se dos teóricos marxistas que entendem que o Estado estaria dotado de uma “autonomia relativa” em relação às classes dominantes (Poulantzas, 2007), o autor irá afirmar que o aparelhamento político se encontrará sobre a sociedade e acima das classes, onde “imperam, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando” (Faoro 1979, p. 637). Enquanto o autor identifica autonomia na classe política, entende que a burocracia estatal ocupa apenas uma mera função de administração do Estado, sendo esta a “camada profissional que assegura o funcionamento do governo e da administração” (Faoro 1979, p. 638). Dessa forma, seguindo objetivos e

interesses próprios, a esfera política regula a sociedade e as relações de classe de maneira a perpetuar o *status quo*⁶.

De herança portuguesa, portanto, o Brasil herda o patrimonialismo pessoal, uma cultura personalista que se institucionaliza e toma forma de patrimonialismo estatal, impedindo que “forças modernizadoras” pudessem liderar uma via de desenvolvimento para o país. Faoro discute, assim, a influência político-cultural portuguesa e europeia na forma de organização do Estado brasileiro⁷, o que configura um exemplo de exportação de instituições políticas, tal qual explanam Badie e Hermet (1993). O Estado híbrido disfuncional originado dessas “dinâmicas órfãs” (uma vez que não são

⁶ Em mais uma aproximação à literatura marxista, Faoro parece entender que o Estado possui função de regulação social. Exemplo disso é quando busca as origens do Estado português no direito romano e afirma que o conteúdo do Estado é “capaz de ajustar juridicamente as relações entre o soberano e os súditos” (Faoro 1979, p. 31). Similarmente, O’Donnell, em um clássico estudo sobre a natureza do Estado capitalista na América Latina, argumenta que o direito trabalhista é a principal relação de dominação da sociedade capitalista, uma vez que regula as relações entre detentor dos meios de produção e trabalhador assalariado (O’Donnell, 1978).

⁷ Cabe mencionar que Faoro pertence a uma corrente que terá como antecedente a obra de Aureliano Tavares Bastos, autor que identificava na herança ibérica o grande responsável pelo atraso brasileiro, bem como acreditava na proposição do americanismo como via das soluções dos problemas brasileiros. A referida corrente se contrapõe à perspectiva de Oliveira Vianna, que identificava na singularidade social brasileira uma caracterização positiva, faltando apenas instruir as elites sobre o seu papel para levar o país ao desenvolvimento e à modernidade. As duas correntes vão ser caracterizadas por Luís Werneck Vianna como americanistas e iberistas, respectivamente.

assumidas por seus pais europeus, nem possuem lastros nas origens indígenas ameríndias) é consequência das relações de dependência entre centro e periferia do sistema internacional (Badie; Hermet, 1993). Essas relações serão abordadas, na seção seguinte, à luz de intérpretes do Brasil que buscam na lógica do sistema internacional os constrangimentos do desenvolvimento do Estado brasileiro.

Subdesenvolvimento, dependência e autonomia na periferia

Conforme exposto na introdução deste texto, consideramos que as noções aqui trabalhadas apresentam preliminarmente o uso da variável internacional para a explicação da formação do Estado brasileiro colonial, dependente e subdesenvolvido. Nessa segunda seção, mais do que apenas a leitura da conjuntura externa, é identificável nesses autores o entendimento acerca de que os constrangimentos sofridos pelos países periféricos, como o Brasil, decorrem da sua posição no sistema internacional e na divisão internacional do trabalho hierarquizada. Dentre as análises que debateram a posição periférica do Brasil como fator causal de seu subdesenvolvimento e dependência, discutiremos as de Florestan Fernandes,

Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado⁸.

Na obra “A revolução burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes busca salientar as razões pelas quais o Brasil deveria passar por um processo de transformação social estrutural – a dita revolução do título, caracterizada como um processo lento, gradual e negociado de transformações. No marco da independência, início da revolução burguesa, se dá a implantação de um Estado nacional, ou, nas palavras do autor, a “burocratização da dominação patrimonialista” (Fernandes, 1981). O viés de revolução por trás da independência encontra expressão na modificação sociocultural observada na assimilação do padrão de civilização do mundo ocidental moderno, uma vez que a expansão de uma economia de mercado no Brasil forçou a adaptação da sociedade brasileira a esse cenário – o que é chamado por Fernandes de “primeiro grande salto da transformação

⁸A escolha desses três autores para a presente seção se deve ao fato de se incorporarem ao debate advindo do estruturalismo latino-americano cepalino. Esse pano de fundo teórico, por si só, relaciona o desenvolvimento econômico nacional a variáveis internacionais, e entendemos propício que um trabalho com os presentes objetivos dedique uma seção a essa tradição teórica. Para além disso, cabe destacarmos que o pioneirismo dessas interpretações nacionais surge das particularidades com que essas variáveis são inseridas nas análises dos autores. Sendo assim, frisamos o keynesianismo estatal almejado por Furtado; o peso do político e das alianças de classes presente na obra de Cardoso e Faletto; e o foco na burguesia nacional presente na análise de Fernandes.

capitalista”. Apesar de a autonomização política do império não ter sido acompanhada de autonomização econômica completa e ampla (uma vez que a nação ainda se encontrava economicamente dependente do mercado externo), uma modificação na estrutura econômica foi primordial para a transformação sociocultural do período: os estamentos senhoriais garantiram a dominação política em suas mãos e, logo, seus privilégios patrimonialistas e continuidade do suprimento do mercado externo.

O capitalismo gradualmente incidente no Brasil potencializa os impactos de uma posição periférica, subordinada e dependente, e a explicação do autor se concentra nos limites que são impostos à burguesia nacional, o que a torna pragmática. Por exemplo, preferindo acumulação de capital e ignorando a redistribuição de renda, a democracia e a reforma agrária, o apoio burguês ao golpe militar de 1964 reflete o caráter pragmático associativo que a burguesia nacional historicamente demonstrara.

É nesse entendimento de “revolução” que o autor indicará que o Brasil deverá passar por um processo histórico de revolução burguesa, no sentido de transformação da sociedade e não no sentido de “repetir” a história europeia, conforme deixa claro o autor. O esforço

do autor se dá, portanto, em buscar no passado latifundiário, escravocrata e periférico do Brasil as raízes das então contemporâneas economia e sociedade brasileiras, marcadas por um desenvolvimento desigual, retardatário e caudatário com relação aos principais centros da economia mundial (Almeida, 1987).

A revolução burguesa, em seu viés de transformação política, seria principalmente responsável, segundo o autor, por criar condições e processos econômicos que davam lastro ao funcionamento dos modelos econômicos transplantados nas economias centrais⁹. Ou seja, a revolução deve preparar a economia e a sociedade para o “padrão ocidental” de trocas comerciais, organização política, estruturas de classe, e assim por diante, e é por isso que as sociedades periféricas, incluindo o Brasil, deveriam enfrentar essa etapa histórica.

Notemos, assim, como “o internacional” pesa na argumentação desse autor. O Brasil deve cada vez mais se abrir e se adequar aos padrões ocidentais centrais, seja abrindo seus mercados, seja

⁹ É nesse sentido de transformação política (que permite demais transformações na estrutura da sociedade) que o autor aponta a independência do Brasil, ou a “autonomização política”, como primeiro grande salto de transformação capitalista no Brasil.

reproduzindo o *modus operandi* das economias centrais, para que sua posição de dependência, periférica e subordinada no sistema internacional, deixe, em tese, de se reproduzir. Trata-se de superar a mera função de exportador de matéria-prima e de desenvolver uma economia moderna e industrializada na periferia do capitalismo, inserindo-se de uma maneira renovada na distribuição internacional do trabalho.

Similarmente à tentativa de aproximação entre Economia e Sociologia proposta na interpretação de Florestan, porém menos deterministas das estruturas internacionais, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1973) buscam na análise das relações de classe internas do Brasil as razões para a persistência do subdesenvolvimento. Os referidos autores entendem que as condições previstas para o sucesso do modelo de substituição de importações (a saber, o mercado internacional ainda como demanda, mas o mercado interno garantindo o desenvolvimento continuado), não se tornaram suficientes para o desenvolvimento periférico. Isso se deve ao fato de que “faltaram as condições institucionais e sociais que haveriam de permitir que as condições econômicas favoráveis se traduzissem em um movimento capaz de garantir uma política de desenvolvimento”

(Cardoso & Faletto 1973, p. 12). Além disso, os autores ainda entendem que para além das características macroeconômicas, “a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria a dependência” (Cardoso & Faletto 1973, p. 36), principalmente no que se refere às estruturas de dominação de uma sociedade.

Cardoso e Faletto compartilham da ideia de estruturas internacionais que promovem o subdesenvolvimento, entendendo que a periferia ocupa determinada função no sistema capitalista mundial através da demanda dos países do centro por matéria-prima. Contudo, é fundamental ressaltar em sua análise que “vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social, político e econômico em função de interesses nacionais” (Cardoso & Faletto 1973, p. 30) mantêm a condição de dependência. Nesse sentido, entender quem controla o âmbito político possibilita entender quem são as classes responsáveis pela dominação da sociedade e pela determinação econômica externa.

A contribuição da obra de Cardoso e Faletto, diferente de Fernandes, é o olhar daqueles através das classes sociais e das relações de dominação

inerentes a essas. Mais fundamental e inovador é relacionar a dependência externa a essas estruturas internas da periferia, ressaltando a reprodução, no nível internacional, da dominação. Com tradução para mais de dezesseis idiomas, o pioneirismo da contribuição legitimamente latino-americana dos autores é um caso raro de análise “periférica” que influencia o centro. Em relação aos objetivos do presente trabalho, cabe destacarmos que a referida obra pode ser apontada como influência direta para trabalhos consagrados na disciplina das RI, principalmente os da corrente da Economia Política Internacional e de autores como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Portanto, tal obra não somente trabalhou com aspectos pioneiros dessa área no Brasil, como também influenciou a disciplina internacionalmente.

Finalmente, outro intérprete que devotou bastante atenção à questão do subdesenvolvimento, e com similar leitura anti-determinista da estrutura do sistema internacional, foi Celso Furtado. O referido autor equilibra variáveis domésticas e externas no sentido de entender o desenvolvimento como um processo de mudança na estrutura social de determinada nação ou comunidade. A explicação do subdesenvolvimento da periferia global parte, nas obras do

autor, da inovação tecnológica da Revolução Industrial.

Furtado (1983) entende que o aumento de excedentes de produção, gerado pelo processo de criação e inovação de técnicas e tecnologias, e a consequente apropriação desse excedente por parte de grupo minoritário implica vantagem nas relações sociais, possibilitando posição de dominação em uma sociedade. Aplicando essa lógica à difusão do modelo de produção capitalista, Furtado apresenta que “a história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental” (Furtado 1978, p. 75). Em outras palavras, à luz da Revolução Industrial, a atividade criativa ganha caráter instrumental e técnico para aumento da produtividade, o que faz com que as nações que protagonizaram esse período possuam confortável posição hierárquica no sistema internacional.

Não se pode falar em etapas de desenvolvimento por quais tenham passado as nações “em grau superior”, visto que essas protagonizaram evoluções tecnológicas que lhe permitiram ineditismo e vantagem relativa. O subdesenvolvimento

enfrentado pelos países do Terceiro Mundo é um processo histórico autônomo fruto da expansão da economia industrial europeia para esses países, então pré-capitalistas, cujo impacto causou a criação de economias híbridas-dualistas – em parte capitalista, em parte economia arcaica (Furtado, 1971). Sendo subdesenvolvidos, os países latinos chegaram atrasados e já existia um padrão tecnológico que impedia o pleno emprego de sua população.

Como enfrentamento à condição de subdesenvolvimento, Furtado aponta para a necessidade de tratar o desenvolvimento como projeto político, e é aí que desce ao nível doméstico. Na América Latina, e no Brasil em particular, é imprescindível um sistema de instituições políticas capazes de superintender as mudanças sociais que o desenvolvimento implica. Tal projeto deve ser constituído a partir de uma noção autonomista nacionalista, integrado por um “interesse nacional” que suplante o interesse de classe dominante (Furtado, 1968). Nesse sentido, é imprescindível o Estado como agente prestador de serviços, que proponha a política de desenvolvimento como estratégia para modificar a estrutura econômica e social, operada por uma sociedade consciente da necessidade dessa mudança (Furtado,

1968) – o que se tratou como desenvolvimento durante boa parte do século XX na América Latina não passou de impulsos advindos do e para o externo. Sem um sentimento nacionalista identificado na ação estatal com fins de “dotar o país de um sistema industrial essencialmente apoiado sobre o mercado interno” (Furtado 1978, p. 58) não há, segundo o autor, transformações estruturais que possibilitem a superação do subdesenvolvimento e da estagnação.

Considerações Finais

O objetivo desse texto foi duplo. Por um lado, tivemos a intenção de discutir conceitos e interpretações caros ao estudo do Estado e da formação nacional do país a partir de algumas das chamadas “interpretações do Brasil”; e por outro, visamos a mostrar a riqueza do pensamento nacional ao relacionar, nas reflexões apresentadas, o âmbito interno com conjunturas e estruturas internacionais, exercício típico da análise do campo das RI. A riqueza das perspectivas e visões aqui trabalhadas apresentam-se desafiadoras de um campo de estudos fortemente dominado por elaborações teóricas estrangeiras que se recusam a pensar e problematizar acerca da herança colonial e a posição subalterna do Brasil, e da América Latina em geral, no sistema capitalista

mundial, e sobre os impactos dos processos históricos na consolidação das bases do Estado nacional.

As interpretações examinadas confluem para a ideia do ineditismo aqui defendido, tornando-se importantes ferramentas para a compreensão e o enfrentamento dos nossos problemas. O caráter dependente do sistema econômico nacional, assim como a natureza assimétrica das estruturas sociais, não podem ser explicadas sem uma compreensão das tendências do

sistema internacional e seus impactos regressivos para as regiões periféricas. Desta forma, esperamos, através deste trabalho, contribuir para a discussão sobre a relevância de um campo das RI sem “amarrações” (evitando o “determinismo” das teorias do Norte que obturam o peso da própria história), assim como para conscientizar os pesquisadores da área acerca do pesado colonialismo cultural no campo das Ciências Sociais em geral, que impede resgatar o mais valioso do que dispomos da nossa tradição intelectual.

Referências Bibliográficas

Almeida, P. R. de (1987). “O paradigma perdido: a revolução burguesa de Florestan Fernandes”, in: M. A. D’Incao (org.), *O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo, Rio de Janeiro: UNESP, Paz e Terra, pp. 209-229.

Badie, B.; Hermet, G. (1993). *Política Comparada*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.

Cardoso, F. H.; Faletto, E. (1973). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Faoro, R. (1979). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo.

Fernandes, F. (1981). *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar.

Furtado, C. (1968). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1971). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro.

_____. (1983) *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural.

Guimarães, C. (1994). “A dualidade brasileira de Ignácio Rangel”, *Revista de Economia Política*, 14(4), pp. 62-75.

Lessa, A. C. (2005). “Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48(2), pp. 169-184.

Miyamoto, S. (1999). “O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o estado da arte”, *Revista de Sociologia e Política*, (12), pp. 83-98.

O’Donnell, G. (1978). “Apuntes para una teoría del Estado”, *Revista Mexicana de Sociología*, 40(4), pp. 1157-1199.

Poulantzas, N. (2007). *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. México D.F.: Siglo Veintiuno.

Prado Jr. C. (1969). *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1987). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Rangel, I. (1981). “A história da dualidade brasileira”, *Revista de Economia Política*, 1(4), pp. 5-34.

_____. (1999). *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. [s.l.]: Instituto Ignácio Rangel.